



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DIRETA (GOV) Nº 1/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO CMCA Nº 1.615/2025

1 – DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, alíneas “a” da Lei nº 14.133/21)

DO OBJETO:

1.1 - O presente instrumento tem por objeto a Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Seguro Automotivo, na modalidade frota, com **COBERTURA TOTAL**, visando garantir a cobertura securitária dos novos veículos da frota oficial da CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU.

DETALHAMENTO DO OBJETO:

1.2 - A contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Seguro Automotivo, na MODALIDADE FROTA, com **COBERTURA TOTAL** para **04 (quatro) novos veículos** pertencentes à CÂMARA, Cobertura para Danos Materiais, Danos Corporais, Morte e Invalidez, Cobertura em Danos aos Vidros, Assistência 24h (vinte e quatro horas) a Veículos e Passageiros, Cobertura a Terceiros, Reboque em todo território nacional, pelo período de 01 (um) ano, em conformidade com as condições e especificações descritas neste Termo de referência.

1.3 - Esta contratação está prevista no Plano de Contratações Anuais para o ano de 2026.

1.4 - O objeto da contratação tem a natureza de serviço comum, pois os padrões de desempenho comum e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.5 - O serviço é enquadrado como contínuo e o prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.6 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de serviços de luxo, art. 91 do Decreto Municipal nº 3335/2023.

1.7 - Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto e às descritas no Portal de Compras do Governo, prevalecerão às especificações constantes deste Termo de Referência.





CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

1.8 – DA ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVO dos veículos oficiais da Câmara discriminada nos termos da tabela abaixo:

L O T E Ú N I C O	ITEM	UNID	DESCRIÇÃO MARCA/ MODELO	QUANT	ANO FAB/MOD	CHASSI	RENAVAM	VIGÊN- CIA CON- TRATU AL (MÊS)	CATSER
	01	SERV	FIAT ARGÓ DRIVE 1.0 – novo/zero KM, FIREFLY FLEX de 4 cilindros; capacidade para 5 ocupantes, 4 portas, na cor branca, câmbio manual de 05 velocidades, ar condicionado, combustível FLEX.	01	2025/2026	9BD358ATSTYR25460	Veículo adquirido recentemente	12	22764
	02	SERV	FIAT ARGÓ DRIVE 1.0 – novo/zero KM, FIREFLY FLEX de 4 cilindros; capacidade para 5 ocupantes, 4 portas, na cor branca, câmbio manual de 05 velocidades, ar condicionado, combustível FLEX.	01	2025/2026	9BD358ATSTYR18646	Veículo adquirido recentemente	12	22764
	03	SERV	FIAT ARGÓ DRIVE 1.0 – novo/zero KM, FIREFLY FLEX de 4 cilindros; capacidade para 5 ocupantes, 4 portas, na cor branca, câmbio manual de 05 velocidades, ar condicionado, combustível FLEX.	01	2025/2026	9BD358ATSTYR25467	Veículo adquirido recentemente	12	22764
	04	SERV	FIAT ARGÓ DRIVE 1.0 – novo/zero KM, FIREFLY FLEX de 4 cilindros; capacidade para 5 ocupantes, 4 portas, na cor branca, câmbio manual de 05 velocidades, ar condicionado, combustível FLEX.	01	2025/2026	9BD358ATSTYR25480	Veículo adquirido recentemente	12	22764

1.8.1 – DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA:

1.8.1.1 - É vedada a aceitação de PROPOSTA com PREÇO SUPERIOR: a) no preço máximo estimado da franquia obrigatória; b) no preço máximo estimado da franquia de vidro e c) no preço máximo estimado do prêmio ao fixado nesta Planilha Orçamentária de Quantitativo e Preços, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

1.8.1.2 – Para ciência dos Fornecedores para formulação da PROPOSTA DE PREÇOS:

L O T E Ú N I C O	ITEM	ESPECIFICAÇÃO (RESUMIDA) VEÍCULO/MARCA/ANO	QUANTIDADE	BÔNUS	CASCO	Nº PASSAGEIROS	RCF DANOS MATERIAIS CORPORAIS e MORAIS R\$	APP MORTEP/ PASSAGEIRO E INVALIDEZ PERMANENTE P/PASSAGEIRO R\$	FRANQUIA OBRIGATÓRIA ANUAL (PREÇO MÁXIMO ESTIMADO) R\$	FRANQUIA DE VIDRO ANUAL (PREÇO MÁXIMO ESTIMADO) R\$	PRÊMIO ANUAL (PREÇO MÁXIMO ESTIMADO POR VEÍCULO) R\$
	01	FIAT ARGÔ DRIVE 1.0 – novo/zero KM, FIREFLY FLEX de 4 cilindros; capacidade para 5 ocupantes, 4 portas, na cor branca, câmbio manual de 05 velocidades, ar condicionado, combustível FLEX. ANO FAB/MOD 2025/2026 Chassi 9BD358ATSTYR25460	01	0	100% da Tabela FIPE	05	100.000,00	20.000,00	R\$ 7.292,67	R\$ 810,17	R\$ 2.793,25
	02	FIAT ARGÔ DRIVE 1.0 – novo/zero KM, FIREFLY FLEX de 4 cilindros; capacidade para 5 ocupantes, 4 portas, na cor branca, câmbio manual de 05 velocidades, ar condicionado, combustível FLEX. ANO FAB/MOD 2025/2026 Chassi 9BD358ATSTYR18646	01	0	100% da Tabela FIPE	05	100.000,00	20.000,00	R\$ 7.292,67	R\$ 810,17	R\$ 2.793,25
	03	FIAT ARGÔ DRIVE 1.0 – novo/zero KM, FIREFLY FLEX de 4 cilindros; capacidade para 5 ocupantes, 4 portas, na cor branca, câmbio manual de 05 velocidades, ar condicionado, combustível FLEX. ANO FAB/MOD 2025/2026 Chassi 9BD358ATSTYR25467	01	0	100% da Tabela FIPE	05	100.000,00	20.000,00	R\$ 7.292,67	R\$ 810,17	R\$ 2.793,25
	04	FIAT ARGÔ DRIVE 1.0 – novo/zero KM, FIREFLY FLEX de 4 cilindros; capacidade para 5 ocupantes, 4 portas, na cor branca, câmbio manual de 05 velocidades, ar condicionado, combustível FLEX. ANO FAB/MOD 2025/2026 Chassi 9BD358ATSTYR25480	01	0	100% da Tabela FIPE	05	100.000,00	20.000,00	R\$ 7.292,67	R\$ 810,17	R\$ 2.793,25
QUANTIDADE TOTAL DE VEÍCULOS			04	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO DO PRÊMIO ANUAL CORRESPONDENTE AOS 04 (QUATRO) VEÍCULOS OFICIAIS							R\$ 11.173,00





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

1.8.2 - A **FRANQUIA** não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio) de acordo com as coberturas aqui estipuladas.

1.8.3 - Considerando que os veículos são utilizados para atendimento das atividades administrativas e legislativas por diferentes agentes públicos, a contratação do seguro automotivo deverá ocorrer na modalidade de **CONDUTOR INDETERMINADO**, não sendo adotadas características individuais dos motoristas — tais como idade, sexo ou tempo de habilitação — como critérios delimitadores para aceitação do risco ou para a formação do preço do seguro a ser contratado.

1.8.4 - Os veículos a serem segurados são **NÃO BLINDADOS**, inexistindo, portanto, necessidade de coberturas específicas ou adicionais relacionadas à blindagem.

2 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea “b” da Lei nº 14.133/21)

Fundamentação da Contratação:

2.1 - Dispensa de Licitação com base no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

2.2. - Atos normativos expedidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Descrição da necessidade da contratação:

2.3 – A Contratação dos Serviços de Seguro Automotivo faz-se necessária objetivando proteger o Patrimônio Público, abrangendo os novos veículos oficiais da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu, adquiridos por meio do Pregão Eletrônico SRP nº 90002/2025 e destinados às atividades administrativas e legislativas.

2.4 - Os veículos, desde o início de sua utilização, estarão sujeitos a riscos inerentes ao trânsito, como colisões, roubos, furtos, incêndios e demais sinistros, inclusive com possibilidade de danos a terceiros, tornando indispensável a contratação de cobertura securitária para resguardar o erário e assegurar respaldo legal e financeiro à Câmara.

2.5 - A contratação do seguro com assistência 24 horas assegura atendimento imediato em situações de emergência, contribuindo para a continuidade das atividades da Câmara, a eficiência na gestão da frota e a adequada prestação dos serviços públicos à população.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c” da Lei nº 14.133/21)

3.1 - A solução proposta consiste na contratação de seguro veicular, na modalidade frota, para os 04 (quatro) veículos novos e zero quilômetro que integrarão a frota oficial da Câmara Municipal, contemplando coberturas compatíveis com a utilização institucional dos bens durante todo o período de vigência da apólice. A contratação abrange desde o início da utilização dos veículos, garantindo proteção patrimonial imediata contra riscos inerentes à circulação, como colisões, roubos, furtos, incêndios e danos a terceiros.

3.2 - Ao longo do ciclo de vida do objeto, o seguro assegura respaldo financeiro e operacional à Administração em caso de sinistros, incluindo a prestação de assistência 24 horas em todo o território nacional contribuindo para a continuidade das atividades administrativas e legislativas e para a mitigação de prejuízos ao Patrimônio da Câmara.

3.3 - Ao final da vigência contratual, a solução permite a reavaliação das condições de cobertura, valores e necessidade de renovação ou nova contratação, considerando o estado de





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

conservação, a depreciação dos veículos e a evolução das necessidades da Câmara, assegurando uma gestão eficiente, responsável e alinhada ao ciclo de vida dos bens públicos permanentes.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea “d” da Lei nº 14.133/21)

4.1 - O serviço contratado deverá ser prestado por empresa especializada no ramo de seguro automotivo com o devido registro na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

4.2 - A CONTRATADA deverá observar e cumprir toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis ao serviço.

4.3 – As especificações técnicas e condições de execução serão na modalidade Valor de Mercado (100% Tabela FIPE), Responsabilidade Civil Facultativa - RCF, Acidente Por Passageiro – APP, com cobertura adicional de assistência 24 horas e demais coberturas descritas neste Termo de Referência.

DESCRIÇÃO	
RCF - Responsabilidade Civil Facultativa	DANOS MATERIAIS E CORPORAIS
	R\$ 100.000,00
APP – Acidentes Pessoais de Passageiros (Por passageiro)	MORTE POR PESSOA E INVALIDEZ PERMANENTE
	R\$ 20.000,00

4.4 - O seguro deverá cobrir com garantia total (integral), e abrangência em todo o território nacional, no mínimo as seguintes características básicas:

- I - Danos totais causados ao veículo segurado por acidentes de trânsito tais como: colisão, capotagem, queda acidental;
- II - Colisão: perda total ou danos materiais por colisão, capotamento, abalroamento, queda, acidente, queda de objetos estranhos sobre o veículo, submersão por inundação ou alagamento de água, granizo, bem como despesas necessárias como socorro e salvamento;
- III - Incêndio: perda total ou danos materiais parciais por incêndio, bem como despesas necessárias com socorro e salvamento;
- IV - Roubo: roubo ou furto do veículo;
- V - Danos materiais a terceiros: danos materiais causados a terceiros pelo veículo;
- VI - Danos corporais a terceiros: danos corporais causados a terceiros pelo veículo;
- VII - Acidentes pessoais de passageiro: Garante indenização por morte, invalidez permanente total ou parcial em virtude de acidente com o veículo;
- VIII - Acidentes durante o transporte do veículo segurado por meio apropriado;
- IX - Atos danosos causados por terceiros;
- X - Inundação, alagamento, ressacas, ventos fortes, granizo e queda acidental de qualquer agente ou objeto externo sobre o veículo;
- XI - Danos causados à pintura por acidente ou por terceiros.

4.5 - INDENIZAÇÃO TOTAL POR ROUBOS FURTOS E/OU INCÊNDIO DO VEÍCULO SEGURADO:

4.5.1 - O seguro deverá acobertar com indenização total (integral) no mínimo as seguintes características básicas:

- I - Roubo ou Furto do veículo segurado;
- II - Incêndio ou Explosão acidental do veículo segurado;
- III - Em caso de furto localizado, o valor das despesas com socorro e salvamento, deverá ser somado ao valor dos demais prejuízos indenizáveis para fins de dedução da franquia.





4.6 - INDENIZAÇÃO POR RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA (RCF):

4.6.1 - O seguro deverá prever um valor de indenização por danos materiais e corporais causados a terceiros pelo veículo segurado, com valores indenizatórios:

I - Danos Materiais: R\$ 100.000,00 (valor mínimo);

II - Danos Corporais: R\$ 100.000,00 (valor mínimo).

4.7 - INDENIZAÇÃO POR MORTE OU INVALIDEZ PERMANENTE (APP):

4.7.1 - O seguro deverá prever um valor de indenização por morte ou invalidez permanente para os ocupantes do veículo considerados o número normal / legal de ocupantes do mesmo, inclusive o motorista e terceiros, com valores indenizatórios:

I - Por morte acidental: R\$ 20.000,00 p/ passageiro (valor mínimo);

II - Por invalidez permanente: R\$ 20.000,00 p/ passageiro (valor mínimo).

4.8 – CASCO:

4.8.1 - Limite máximo de indenização: VMR (100% da tabela FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas);

4.8.2 - Modalidade de Cobertura: TIPO COMPREENSIVA (contra colisão, incêndio, roubo, furto).

4.9 – ASSISTÊNCIA 24 HORAS:

4.9.1 - Fornecer assistência completa 24 horas em todo território nacional, SEM FRANQUIA.

4.9.1.1 - O serviço de reboque deverá abranger a quilometragem de, **no mínimo**, 300 km/ida e 300 km/volta, livre de ônus, para as hipóteses de acidentes, incêndio, roubo/furto ou panes em geral.

4.9.2 - No caso de assistência 24 horas, a licitante/vencedora deverá atender aos chamados da CÂMARA no prazo máximo de 02 (duas) horas.

4.9.3 - A prestação de socorro mecânico emergencial no local do acidente, reboque ou transporte do veículo segurado até a oficina mais próxima ao local do evento, em casos de falha mecânica ou elétrica.

4.9.4 - O transporte dos ocupantes do veículo segurado deverá ser até a residência (sede) do segurado.

4.9.5 - Em caso de acidentes, a Contratada deverá manter canal de comunicação 24h para acionamento do seguro, tanto para a Câmara quanto para terceiros, podendo ser através de sítio eletrônico, contato telefônico ou aplicativo de mensagens instantâneas.

4.10 – VIDROS:

4.10.1 – Dar cobertura para Vidros, Faróis, Lanternas e retrovisores.

4.11 - DA APÓLICE:

4.11.1 - A emissão deverá resultar em uma única apólice para cada veículo, que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para a Câmara.





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

4.11.2 - A apólice de seguro deverá conter com pelo menos os seguintes dados: número da apólice, data de emissão, vigência do seguro e da apólice, endosso, dados do segurado, prêmio líquido total e coberturas contratadas, incluindo valores a referentes à:

- I - Casco valor de mercado para cobertura (100% Tabela FIPE);
- II - Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos materiais e Danos Corporais);
- III - Valor para indenização de danos materiais;
- IV - Valor para indenização de danos corporais;
- V - Acidente por passageiro (APP);
- VI - Valor para indenização morte por pessoa;
- VII - Valor para indenização invalidez por pessoa;
- VIII - Valor da franquia normal e de vidros.

4.11.3 - Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base em 100% do valor divulgado pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), divulgada pelo site WWW.FIPE.ORG.BR (ou outra que venha a lhe substituir sem significativas discrepâncias).

4.11.4 - Tratando-se de sinistro envolvendo veículos zero-quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 (noventa) dias a contar data de seu recebimento pela Câmara, independentemente da quilometragem rodada no período; Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero-quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

4.11.5 - O prazo para indenizações de eventuais sinistros e para a execução dos serviços de reparos nos veículos segurados não poderão ser superiores ao prazo de 30 (trinta) dias, após entrega de todos os documentos básicos previstos no caput do art. 41 c/c art. 47§2º da Circular SUSEP nº 621/2021.

4.11.6 - Caberá à Empresa vencedora emitir a(s) apólice(s) de seguro por veículo e entregá-las a Diretoria de Transportes da CÂMARA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do contrato. O mesmo prazo valerá para emissão de 2ª via, emissão de apólice por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, etc., a contar de pedido expresso da CÂMARA.

4.11.7 - O prazo máximo para a execução dos serviços de reparos nos veículos segurados será de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação do sinistro pela CÂMARA.

4.11.8- A licitante/vencedora deverá apresentar sua proposta com isenção do custo da apólice.

4.12 - DA FRANQUIA:

4.12.1 – Obrigatória, para todos os veículos.

4.12.2 - de Vidros (para-brisa, vidros traseiro e laterais) não blindados, retrovisores, lanternas, faróis, para-choque, reparo de arranhões 1ª peça, reparo de arranhões 2ª peça.

4.13 - DOS SERVIÇOS EXECUTADOS NOS VEÍCULOS:

4.13.1 - Veículos dentro do prazo de garantia do fabricante, no caso de sinistro de perda parcial, pane elétrica e/ou mecânica deverão ser removidos para concessionárias autorizadas de acordo com o fabricante e, quando necessário, consertados com peças genuínas.





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

4.13.2 - Os serviços executados pelas concessionárias autorizadas de acordo com o fabricante deverão ter a garantia mínima de 03 (três) meses e serão vistoriados por servidor da Câmara do Setor de Transportes, antes da retirada do veículo.

4.14 – DA VISTORIA TÉCNICA:

4.14.1 – Tendo em vista que os veículos adquiridos no Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços sob o nº 90002/2025 são zero quilômetro, padronizados pelo fabricante, e encontram-se na concessionária, fica dispensada a realização de visita técnica, sendo suficientes as informações constantes neste edital para a formulação das Propostas.

4.14.2 – O Fornecedor ao apresentar sua Proposta, DECLARA ter pleno conhecimento das condições do objeto e de todas as informações necessárias à correta execução do contrato.

4.15 – DO ENDOSSO:

4.15.1 - A Câmara poderá solicitar quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão, na apólice de seguro, a ser processada pela seguradora, mediante endosso, nos limites de alteração contratual, para acréscimos e supressões, previstos nas legislações vigentes.

4.15.2 - A Seguradora Contratada terá o prazo de 15 dias para apresentar uma proposta de endosso, após a solicitação da Câmara. A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo estipulado a contar de pedido expresso pela Câmara.

4.16 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

4.16.1 - O Prestador de Serviços deverá apresentar:

4.16.1.1 - A proponente deverá apresentar 01 (um), ou mais, ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA atestando bom desempenho anterior, em contrato da mesma natureza do objeto, de complexidade operacional igual ou superior, fornecido, por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, em papel timbrado, comprovando que a empresa tenha executado serviços com características compatíveis com o objeto deste Aviso de Dispensa.

4.16.1.2 – A proponente deverá apresentar CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP), atestando a regularidade da licitante para operar no mercado segurador brasileiro no ramo de seguro de veículos automotores.

4.17 – DA SUSTENTABILIDADE:

4.17.1 - A contratação deverá contemplar, no que couber, práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, bem como no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, dentre os quais:

4.17.2 - Será priorizada a utilização de meios eletrônicos para comunicação e envio de apólices, documentos e relatórios, mediante a substituição de apólices físicas por kit digital e a disponibilização de cartão eletrônico, em substituição aos cartões de PVC, contribuindo para a redução do consumo de papel e de materiais de difícil decomposição.

4.17.3 - A empresa CONTRATADA deverá adotar práticas de gestão ambiental em suas atividades administrativas, incluindo o uso racional de recursos naturais e a destinação





ambientalmente adequada de resíduos, bem como manter oficinas credenciadas que realizem o descarte sustentável e responsável de peças e resíduos automotivos, em conformidade com a legislação vigente.

4.17.4 - O serviço contratado deverá, ainda, contribuir para a sustentabilidade econômica e social, mediante a observância das normas trabalhistas aplicáveis, incentivo à mão de obra local, quando possível, e/ou manutenção de programas institucionais de diversidade e inclusão.

4.18 - DA SUBCONTRATAÇÃO:

4.18.1 - A subcontratação não se mostra adequada, tendo em vista a natureza indivisível do objeto e a necessidade de responsabilidade integral da seguradora contratada pela cobertura dos riscos assumidos. A admissão de subcontratação poderia dificultar a gestão e a fiscalização do contrato, bem como o acionamento das coberturas em caso de sinistro, além de gerar insegurança quanto ao cumprimento das obrigações contratuais. Ressalta-se que a vedação à subcontratação não restringe a competitividade, uma vez que o serviço é amplamente ofertado por seguradoras habilitadas no mercado, garantindo maior controle, segurança jurídica e proteção ao interesse público

4.19 - DA GARANTIA:

4.19.1 - Não haverá exigência de garantia da contratação prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando as características do serviço a ser prestado e o valor da contratação.

4.19.2 – A relação contratual deverá observar integralmente as disposições da Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, considerando a Câmara na condição de usuária final dos serviços.

5 – MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (ARTS. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei nº 14.133/2021)

5.1 - A prestação do serviço deverá ocorrer a partir da vigência contratual da apólice.

5.2 - Os serviços serão prestados 24 horas por dia e 07 dias por semana enquanto o contrato estiver vigente.

5.3 - A seguradora CONTRATADA deverá atender no prazo de até 02 (duas) horas após o comunicado da Câmara.

5.4 - A CONTRATADA deverá entregar a apólice de seguro no prédio Sede da Câmara, situado na Praça Feliciano Sodré, 384, Bairro Centro, Casimiro de Abreu/RJ, no prazo máximo de 30 (trinta) a contar da assinatura do contrato, devendo garantir o valor assegurado desde o início da vigência da apólice.

5.4.1 - O fato de a seguradora deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei pelo referido atraso.

5.4.2 - A vigência da apólice de seguro para os veículos de propriedade da Câmara, deverá ser de 12 (doze) meses, com início às 00:00 horas da data da assinatura do Instrumento contratual firmado e término às 24:00 horas após 12 meses da data da assinatura do mesmo.





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

5.5 – A CONTRATADA deverá assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, em 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, conforme artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

5.6 - A empresa vencedora deverá fornecer manual ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro de automóveis para os veículos objeto desta licitação.

5.7 - A CONTRATADA deverá disponibilizar preposto e os seus meios de contatos para sanar eventuais dúvidas e demandas administrativas.

DO AVISO DE SINISTRO:

5.8 - A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso.

5.9 - A CONTRATADA deverá informar à Câmara logo após a contratação, dados de contato como: email, telefone ou serviço online e identificação do responsável pelo contrato.

5.9.1 - A central poderá funcionar por e-mail, telefone, ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

5.10 - Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, 5 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

5.11- Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 02 (duas) horas após o aviso de sinistro.

6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

DO CONTRATO:

6.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 - A Câmara fiscalizará a execução do contrato, em todas as suas fases, obrigando-se a CONTRATADA a facilitar o trabalho de equipe encarregada pela fiscalização, prestando-lhe informações ou esclarecimentos que se fizerem necessários e ainda atendendo as suas solicitações e determinações desde que não sejam conflitantes com o estabelecido no contrato.

6.3 - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a Câmara ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da Câmara ou de seus prepostos, devendo, ainda, a CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a Câmara dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

6.4 - A Câmara se reserva o direito de recusar toda e qualquer forma de serviço que não atenda às especificações deste Termo de Referência ou do Edital e seus Anexos.





6.4.1 - Em caso de manifestação de desistência do Prestador de Serviços, fica caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

6.4.2 - A eventual rescisão se dará nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/21, não cabendo, à fornecedora, direito a qualquer indenização.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.5 - A gestão do objeto a que se refere o presente Termo de Referência será executada sob a direção e responsabilidade do Sr. **THIAGO FABIANO JARDIM MAURINO**, servidor designado pela Câmara.

6.6 – A fiscalização será executada pelo Sr. **SILVIO ALMEIDA NOVAES**, servidor designado pela Câmara, que fiscalizará observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, anotando, inclusive, em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas como prevê o Artigo 117, da Lei nº 14.133/2021, entre outras providências:

- a) Sustar, no todo ou em parte, a prestação de serviços, sempre que a medida for considerada necessária;
- b) Recusar qualquer objeto que não atenda às especificações contidas no Contrato;
- c) Solicitar a imediata substituição dos objetos que não se apresentarem em boas condições ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas.

6.7 - Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência de parte da CONTRATADA o fiscal do contrato deverá de imediato comunicar por escrito ao Gestor do Contrato, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei e no edital, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

6.8 - Serão atividades inerentes à Gestão e à Fiscalização:

- a) Manter sob sua guarda o processo de contratação, durante toda a vigência do contrato, observando e controlando o prazo de sua vigência.
- b) Providenciar solução junto à CONTRATADA de quaisquer ocorrências, irregularidades ou descumprimentos contratuais;
- c) Propor ao órgão competente pela instrução, a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;
- d) Apresentar, quando solicitado pelo Gestor, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução contratual;
- e) Manter controle adequado e efetivo do presente contrato sob sua gestão, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, inclusive o controle do saldo contratual;
- f) Propor medidas que melhorem à execução do contrato;
- g) Acompanhar e fiscalizar a prestação de serviços e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da entrega dos mesmos e de tudo dar ciência à CONTRATADA, para a fiel execução do objeto durante toda a vigência do Contrato;
- h) Sustar, recusar a prestação de serviços, que esteja em desacordo com as constantes do Termo de Referência, determinando para a correção de possíveis falhas ou substituições do objeto em desconformidade com o solicitado;
- i) Receber, conferir e atestar a Nota Fiscal Eletrônica enviada pela Contratada;
- j) Encaminhar para autorização do Ordenador de Despesa e posterior liquidação e pagamento.





DA VIGÊNCIA CONTRATUAL:

6.9 - O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.9.1 - A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela CÂMARA, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que o fornecimento ocorreu regularmente;
- b) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do fornecimento;
- c) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- d) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;
- e) Seja informado quanto à existência de disponibilidade orçamentário-financeira para as despesas vindouras.

DO REAJUSTE:

6.10 - Os preços serão fixos e irreajustáveis, e inexistirá a possibilidade de adoção pelas partes de qualquer espécie de atualização financeira antes do interregno mínimo de um ano.

6.11 - Os preços contratados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados ou contratados, nas seguintes situações:

I - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuados, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - No caso de prorrogação do prazo de vigência contratual, e desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data base do orçamento estimado, em conformidade com o §3º do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021;

IV - Nos reajustes subsequentes ao primeiro ocorrido nesse(s) contrato(s), da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, os valores contratados poderão ser reajustados, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

6.11.1 - O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do artigo 107 da Lei Federal 14.133/21.

6.11.2 - A Administração deverá efetuar resposta ao pedido de reajuste no prazo máximo de 1 (um) mês, contado da data da sua solicitação.





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

6.11.3 - O prazo para resposta ao pedido de reajuste de preços somente começará a fluir a partir do momento em que o pedido da CONTRATADA se encontre correto e completamente instruído.

6.11.4 - O reajuste dos preços não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

6.12 – Quando da solicitação de repactuação de preços, a mesma deverá ser acompanhada de demonstração analítica de alteração dos custos, planilhamento dos custos e detalhamento dos fatos supervenientes, por meio da apresentação dos cálculos para apreciação e conferência da CÂMARA Contratante, devendo a CONTRATADA requerer o reajuste antes da prorrogação, evitando assim a preclusão do seu direito de reajustamento.

6.12.1 – Caberá a CONTRATADA efetuar os cálculos relativos à repactuação dos preços contratados e submetê-los à aprovação da CÂMARA.

6.12.2 – Eventual solicitação de reequilíbrio Econômico-Financeiro do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

DAS ALTERAÇÕES:

6.13 - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

6.14 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

6.14.1 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Procuradoria Jurídica da Câmara.

6.15 - Registros que não caracterizam alteração do Contrato poderão ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea "g" da Lei nº 14.133/21)

7.1 - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:

7.1.1 - Recebimento provisório: será lavrado na data da entrega da apólice, de acordo com o disposto no art. 140, incisos I e/ou II, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021, não implicando em reconhecimento da regularidade do fornecimento ou do serviço, nem do respectivo faturamento;

7.1.2 - Recebimento definitivo: será lavrado em até 10 (dez) dias corridos após o "recebimento provisório", de acordo com o disposto no art. 140, incisos I e/ou II, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021, compreendendo a aceitação do serviço, segundo a quantidade, características físicas e especificações técnicas contratadas;

7.1.3 - O Atesto será lavrado após o "recebimento definitivo", compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento, da situação jurídico-fiscal, previdenciária e trabalhista da CONTRATADA e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas;





7.1.4 Não sendo o caso de termo circunstanciado, o “atesto” supre os efeitos do “recebimento definitivo”;

7.1.5 - O não cumprimento pela CONTRATADA de todas as condições para o “atesto”, implicará em suspensão do prazo para o pagamento, bem como a sua responsabilidade por eventuais ônus decorrentes de atraso no recolhimento dos impostos e contribuições incidentes sobre o faturamento apresentado, sem prejuízo das penalidades contratuais previstas.

DA FORMA DE PAGAMENTO:

7.6 - O pagamento será efetuado em moeda corrente do País, pela Tesouraria da Câmara, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, da data final do período de adimplemento da obrigação.

7.6.1 - O pagamento será efetuado através de depósito bancário ou transferência na conta corrente da Contratada, conforme informações apresentadas pela mesma.

7.6.2 - Será considerado adimplemento, a data em que o Fiscal do Contrato, der o RECEBIMENTO do material ou serviço especificado na respectiva Ordem de Início.

7.6.3 - Será solicitada a emissão de **nota fiscal eletrônica ou documento equivalente**, após a concretização dos serviços, que será entregue ao Fiscal do Contrato e posteriormente encaminhada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do RECEBIMENTO, a respectiva Nota Fiscal Eletrônica ou documento equivalente isenta de erros que deverá ser devidamente conferida e atestada por 02 (dois) servidores da CÂMARA, que não o ordenador da despesa, posteriormente encaminhada para pagamento, em até 15 (quinze) dias úteis, sendo processado em conformidade com a legislação vigente.

7.6.4 - A Contratada deverá apresentar requerimento de solicitação de pagamento, de acordo com o serviço evidenciado no Termo de Autorização de Prestação de Serviços.

7.6.5 - A Nota Fiscal Eletrônica – NF – e ou documento equivalente, emitida pela Contratada deverá conter no seu corpo o percentual e o valor do Imposto de Renda a ser retido, decorrentes da prestação de serviços ou fornecimento de bens contratados, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações.

7.6.6 - As retenções mencionadas acima serão recolhidas no momento do pagamento da Nota Fiscal Eletrônica – NF - e, após ser atestada e liquidada, aos cofres municipais, nos termos da lei.

7.6.7 - O pagamento não será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços.

7.6.8 - O Pagamento somente será efetuado mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - Nota Fiscal Eletrônica – NF-e ou documento equivalente discriminando objeto contratado com as devidas especificações, quantidade, marca, o preço unitário de acordo com a proposta vencedora, o seu preço total e o valor do IR a ser retido se for o caso;

II – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

III – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos em Dívida Ativa;

IV – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Municipais;

V – Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

VI – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

7.6.9 - O pagamento à Contratada será efetuado de acordo com o requisitado no Termo de Autorização de Prestação de Serviços, discriminando no requerimento, o(s) item(ns) licitado(s) com as devidas especificações, quantidades, o preço unitário de acordo com a proposta vencedora e seu preço total, e posterior apresentação **Nota Fiscal Eletrônica – NF-e ou documento equivalente**, que deverá ser devidamente conferida e atestada por 02 (dois) servidores da Câmara, que não o ordenador da despesa, posteriormente encaminhada para pagamento, em **até 15 (quinze) dias úteis**, sendo processado em conformidade com a legislação vigente.

7.6.10 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal Eletrônica ou documento equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Câmara.

A Câmara não assumirá responsabilidade pelo pagamento dos encargos e impostos que competirem à Licitante vencedora, nem se obrigará a fazer-lhes restituições, ou reembolso, de valores principais e acessórios, que está a despender com esses pagamentos.

8 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/21)

8.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, na modalidade ELETRÔNICA, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, considerando que o valor estimado é inferior ao limite legal vigente (Decreto nº 12807/2025, de 29 de dezembro de 2025) e que há plena caracterização do objeto.

8.1.1 - O tipo de licitação é o **MENOR PREÇO POR LOTE**.

8.2 - Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, qualificação econômico-financeira e técnica, nos moldes previstos no edital.

9 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'i', da Lei nº 14.133/21)

9.1 - A pesquisa de preços mercadológica será conduzida pela Diretoria de Suprimentos da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu/RJ, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, com a finalidade de apurar o valor estimado da contratação. O resultado da pesquisa subsidiará a definição do preço de referência, o qual integrará Anexo específico deste Termo de Referência, servindo de base para fins de classificação das propostas e formalização da contratação.

9.2 - Será considerada vencedora a proposta mais vantajosa, desde que a empresa ofertante comprove sua regularidade com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e tenha como cumprir os prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

9.3 - Na proposta de preço devem estar incluídos todos os custos e despesas decorrentes da prestação do serviço.





10 – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea 'j', da Lei nº 14.133/21)

10.1 - Os recursos necessários para realização das despesas com a eventual prestação de serviço correrão a conta da previsão orçamentária da Câmara para o exercício de 2026, a saber no Programa de Trabalho 01.031.0200.2.903 e no Elemento de Despesa 3.3.90.39.99.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

11 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 - A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.1.1 - Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do Contrato.

11.1.1.1 - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pela Câmara, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

11.1.2 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do Contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

11.1.3 - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do Contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

11.1.4 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, de acordo com as peculiaridades do caso concreto, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

11.1.5 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Câmara, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia o valor correspondente aos danos sofridos.

11.1.6 - Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da Câmara ou de agente público que atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

11.1.7 - Manter a regularidade junto ao SICAF.

11.1.7.1 - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:





CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) Certidão conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas do domicílio ou sede da Contratada, na mesma forma exigida no Edital de Pregão ou Aviso de Contratação Direta;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

11.1.8 - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade a Câmara e não poderá onerar o objeto do Contrato.

11.1.9 - Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

11.1.10 - Prestar esclarecimentos ou informações solicitadas pela Câmara ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.1.11 - Paralisar, por determinação da Câmara, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.1.12 - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato.

11.1.13 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.1.14 - Submeter previamente, por escrito, a Câmara, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do serviço, de acordo com os documentos anexos a este instrumento.

11.1.15 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, na forma do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

11.1.16 - Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação.

11.1.17 - Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/2021).

11.1.17.1 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

11.1.18 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.





11.1.19 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja suficiente para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

11.1.20 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Câmara.

11.1.21 - Executar o objeto da contratação, de acordo com este Termo de Referência e com as normas e especificações técnicas.

12 - OBRIGAÇÕES DA CÂMARA

12.1 - São obrigações da Câmara:

12.1.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Contrato e seus anexos.

12.1.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência ou Projeto Básico.

12.1.3 - Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no todo ou em parte, às suas expensas.

12.1.4 - Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada.

12.1.5 - Comunicar a Contratada para que emita Nota Fiscal Eletrônica relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, com vistas à liquidação e pagamento, no caso de divergência acerca do cumprimento das obrigações assumidas, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

12.1.6 - Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

12.1.7 - Aplicar a Contratada as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, na forma prevista na lei e neste Contrato.

12.1.8 - Dar ciência à Procuradoria Jurídica para as providências com vistas à adoção de eventuais medidas judiciais, em caso de descumprimento de obrigações pela Contratada.

12.1.9 - Emitir decisão fundamentada sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.1.9.1 - A Câmara terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

12.1.10 - Responder aos eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro efetuados pela Contratada no prazo máximo de 15 (quinze dias) dias, admitida a prorrogação motivada, uma única vez, por igual período.





12.1.11 - A Câmara não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.1.12 - O presente Contrato não configura vínculo empregatício entre os trabalhadores, ou sócios da Contratada e a Câmara.

13 - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas neste Termo de Referência, poderão ser aplicadas as penalidades previstas na Lei nº 14.133/21.

13.2 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

13.3 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013 seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.4 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.5 - Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao fornecedor, licitante ou contratado, em decorrência de conduta vedada no contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto a Câmara.

13.6 - O Fornecedor, Licitante ou Contratado deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto a Câmara e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

13.7 - A Câmara deverá remeter o extrato do ato de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, para a publicação no Diário Oficial do Município, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

13.8 - A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar deverá ser comunicada à Diretoria de Controle Interno da Câmara, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.





14 – DA PROTEÇÃO DE DADOS

14.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4 - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

14.5 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.6 - É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.7 - A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.8 - A Câmara poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.9 - A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pela Câmara, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10 - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.10.1 - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.11 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14.12 - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.





CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

15 – DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

O Termo de Referência foi elaborado pela Comissão de Planejamento, nomeada pela Portaria 001/2026, composta pelos seguintes servidores: Cláudia da Conceição Joaquim, mat. 001/PL; Cleiton Porto Teófilo, mat. 017/PL e Felipe Paschoal Linhares, mat. 643.





CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU

RUA FELICIANO SODRE, Nº 384 - CENTRO - CNPJ: 30.407.084/0001-43

CASIMIRO DE ABREU/RJ - CEP 28.860-000

FONE: (22) 2778-1183



CÓDIGO DE ACESSO

67A087D5BCBB48F09478A212080C91BF

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://cmcasimirodeabreu.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/67A087D5BCBB48F09478A212080C91BF>